

AJUSTE FISCAL

Estratégia do governo será discutir todas as alternativas

Condição é que as novas propostas permitam arrecadar o mesmo que o previsto no atual pacote

RIBAMAR OLIVEIRA

BRASÍLIA – A estratégia que o governo federal vai adotar nas negociações com os partidos aliados e com a oposição é discutir todas as alternativas que possam aparecer às medidas anunciadas ontem.

Até a proposta de elevação da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) de 0,20% para 0,38% poderá ser mudada, desde que os partidos apresentem uma alternativa que permita a mesma arrecadação adicional.

Na sua entrevista de ontem para anunciar as medidas do Programa de Estabilidade Fiscal, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, explicou que a negociação terá de encontrar meios de preservar as metas para o resultado primário do setor público em 1999 (2,6% do Produto Interno Bruto, PIB), 2000 (2,8% do PIB) e 2001 (3% do PIB).

“Toda medida de aumento de receita proposta pelo governo poderá ser modificada, desde que o Congresso apresente uma alternativa de outro imposto ou um corte de gasto que tenha o mesmo efeito fiscal”, afirmou Malan.

Mas o governo sabe que nem



Malan: “Toda medida de aumento da receita proposta pelo governo pode ser alterada, desde que o Congresso apresente uma alternativa”

Dida Sampaio/AE

PREVIDÊNCIA TERÁ HOJE DUAS MEDIDAS PROVISÓRIAS

tudo o que foi proposto ontem será aprovado este ano. No caso da criação da contribuição dos servidores inativos, por exemplo, o Congresso não poderá manifestar-se na atual sessão

legislativa, pois medida idêntica foi apresentada pelo governo este ano e depois retirada. Para contornar esse impedimento, o governo pensa em aproveitar a convocação extraordinária do

Congresso a partir de 15 de dezembro.

O ministro do Planejamento, Paulo Paiva, que também participou do almoço com os jornalistas, disse que o fundamental para o governo é concluir ainda este ano a reforma previdenciária, aprovar a emenda constitucional que prorroga e eleva a alíquota da CPMF, aprovar a lei que aumenta a Cofins de 2% para 3% e a lei orçamentária de 99, com os cortes de gastos de R\$ 8,7 bilhões.

A lei de responsabilidade fiscal, que pretende enquadrar Estados e municípios, poderá ser aprovada no ano que vem, uma vez que trará as diretrizes gerais para os orçamentos estaduais e municipais a serem executados no ano 2000.

Hoje, deverão ser divulgadas duas medidas provisórias que atingem a área previdenciária. Uma trata de aumentar a alíquota de contribuição dos servidores ativos da União. A outra institui o regime geral de previdência pública, que atingirá também os funcionários de Estados e municípios.

Para o ano que vem, podem ficar a cobrança da contribuição dos inativos e a regulamentação da reforma constitucional da Previdência. A tendência também é que o Congresso só delibere sobre as mudanças da lei Rita Camata em 1999.



DESPESAS PRIMÁRIAS

Composição - em R\$ milhões

Natureza	Reprogramado (98)	Participação na despesa (em %)
- Despesas totais	177.871	100
- Pessoal e encargos	46.557	26
- Benefícios previdenciários	53.762	30
- Principais vinculações	40.878	23
Fundo de Participação dos Estados e Municípios	28.157	-
Subsídios e subvenções	2.801	-
Demais	9.920	-
- Outras despesas de custeios e capital	36.675	21

ArtEstado

Fonte: Ministério da Fazenda



AUMENTO DE RECEITAS

Esforço fiscal no governo central

	1999		2000		2001	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
Total	13.269,1	1,46	11.407,4	1,19	11.966,2	1,18
CPMF - adicional de 0,10	4.052,3	0,45	4.257,4	0,45	4.516,2	0,45
CPMF - adicional de 0,08 sobre alíquota de 0,30%	3.241,8	0,36	0,0	0,00	0,0	0,00
Adicional Cofins compensável com IRPJ	3.375,0	0,37	4.500,0	0,47	4.750,0	0,47
Incorporação dos depósitos judiciais à receita tributária corrente	1.400,0	0,15	1.450,0	0,15	1.500,0	0,15
Equalização do tratamento da Cofins	1.200,0	0,13	1.200,0	0,13	1.200,0	0,12

ArtEstado